

UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS

**POSICIONAMENTO PÚBLICO CONTRA A ADOÇÃO DE LIVROS DIDÁTICOS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

O grande desafio para implementar uma educação infantil democrática e de qualidade no Brasil não depende de melhores diretrizes ou normatização mais ampla e abrangente, mas sim enfrentar o descompasso entre esse ideal, contemporâneo e sofisticado, e o real da prática cotidiana, o desafio entre o normatizado pelos documentos e pelas propostas sofisticadas que elaboramos nessas últimas décadas e as condições sociais, políticas, econômicas e culturais que geram uma sociedade e uma educação infantil ainda intensamente discriminatórias: de classe, gênero, raça, região, localização e idade (ROSEMBERG, 2015, p. 222).

Iniciamos este texto com um excerto dos escritos da pesquisadora Fúlvia Rosemberg para (re)afirmar que a Educação Infantil, ainda que seja a etapa mais recente da Educação Básica, constituiu-se como um campo do conhecimento com normativas e documentos cujas concepções são atuais e contemporâneas no que se refere à noção de qualidade. Nosso maior desafio é, portanto, avançar na construção de práticas pedagógicas que dialoguem, de fato, com os pressupostos teóricos e políticos postos nesses documentos.

No final da década de 1990, com a implementação dos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - RCNEI (BRASIL, 1998), vivemos o que se chamou de “fuga da rota”, pois o documento não representava o debate da época, por não contemplar, por exemplo, as recomendações sobre financiamento, quantidade e qualidade no atendimento e formação profissional, construídas no I Simpósio Nacional de Educação Infantil, de 1994. Logo, essa fuga da rota, além de não dialogar com o debate e a produção anterior da Coordenação de Educação Infantil do Ministério da Educação (Coedi/MEC) disseminou o RCNEI como “o” currículo para a Educação Infantil, mesmo se propondo como um documento norteador.

A elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 1999; 2009) sinalizam que a rota foi retomada, no início dos anos 2000, com a publicação de outros documentos que valorizavam que cada instituição de Educação Infantil deveria construir seu currículo localmente, de acordo com sua proposta pedagógica.

Reconhecer e valorizar a articulação entre educar e cuidar e as interações e as brincadeiras como eixo do currículo, “concebido como um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte

do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (art. 3º DCNEI), dialoga com os princípios da Pedagogia da Infância, que assume uma concepção de criança como sujeito de direitos, desejos, que interroga o mundo com criatividade, leveza e curiosidade.

A Educação Infantil se pauta na experiência das crianças, não como sujeitos mecânicos, mas como protagonistas da história, as quais possuem uma diversidade de linguagens para exprimirem seus sentidos e construírem sua própria significação do mundo, como gente e agentes culturais. Dessa forma, a experiência educativa se faz pela interação, pela brincadeira e pelas relações de cuidado, com direitos de aprendizagem e desenvolvimento que assegurem às crianças dessa etapa, condições para aprenderem e desenvolverem papel ativo em um ambiente desafiador e significativo. Os processos de socialização e de cuidado, como também o brincar proporcionam às crianças experimentarem diferentes situações, observarem e refletirem sobre si, sobre o outro e sobre o mundo. Nesse sentido, a dimensão da brincadeira deve ir de encontro com as produções estereotipadas, fragmentadas e reprodutivas.

Os documentos orientadores e normativos para a Educação Infantil indicam que devemos priorizar experiências alteritárias com jogos, artes, ciências, linguagens, posto que as crianças se expressam pelo corpo, pela dança, pela música, pelo jogo de faz de conta, pela narração de histórias lidas ou vividas, pelo desenho, sem imposição de um desempenho acadêmico, marcado pela lógica mercadológica e produtivista. Sendo assim, não podemos resumir a Educação Infantil a uma lista de conteúdos disciplinares a serem ensinados às crianças, que não têm relação com suas vidas e experiências.

Do mesmo modo, o uso excessivo de atividades em folhas nos dá indício de uma prática pedagógica amarrada a uma educação memorizadora, mecânica, antidualógica e limitante para o ser criança. Por isso, não podemos limitar a Educação Infantil a sistemas apostilados e a livros didáticos. O processo de construção do conhecimento da criança está diretamente relacionado à afetividade e à interação. É no dia a dia da instituição, nas brincadeiras e interações entre seus pares e a professora, que as práticas pedagógicas ganham uma contextualização lúdica que proporcionará à criança o interesse pelo que está sendo abordado. Atividades propostas de maneira fria e isolada pouco contribuirão para o desenvolvimento e aprendizado infantil.

Nesse sentido, “obras didáticas destinadas aos estudantes, professores e gestores da educação infantil” (leiam-se livros didáticos) e “obras pedagógicas de preparação para alfabetização baseada em evidências”, objetos do Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2022 para a Educação Infantil, são novamente uma fuga da rota que ao longo de muitas décadas constitui-se como caminho de uma Educação Infantil de qualidade. A começar pela forma como nomeia as crianças, desde bebês: *estudantes*.

Livros didáticos limitam a atuação de professoras e professores, tirando-lhes a autonomia em seu fazer docente. O planejamento da Educação Infantil, por meio da organização do espaço e do tempo e da escolha dos materiais, precisa acolher os saberes, desejos e interesses das crianças, desde bebês, sob uma escuta e um olhar atentos da professora e do professor.

Por todos esses motivos, nós, da Faculdade de Filosofia, Ciências Humanas, Educação e Letras da Universidade Federal de Lavras, **posicionamo-nos contra a adoção de livros didáticos e obras pedagógicas (objetos 1 e 3 do PNLD EI 2022) nas creches e pré-escolas.** Temos, na composição de nossa unidade acadêmica, o Núcleo de Educação da Infância da UFLA (NEDI), unidade universitária de Educação Infantil, e o Departamento de Educação (DED), que atuam no ensino, na pesquisa e na extensão na área da educação da primeira infância. Atuamos também no Fórum Sul Mineiro de Educação Infantil (FSMEI) desde 1999, articulando teórica e politicamente debates em torno do tema nos municípios do sul de Minas Gerais. Como parte do Fórum Mineiro de Educação Infantil, apoiamos sua manifestação contra o referido edital que vai na contramão da Educação Infantil que lutamos há tantas décadas para construir!

Lavras, 30 de agosto de 2021.